HONORÁRIOS DECORRENTES DA ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA ADVOCACIA PÚBLICA: A INCONSTITUCIONALIDADE DE SUA REDUÇÃO E EXTINÇÃO PELOS ENTES FEDERATIVOS

Téssio Rauff de Carvalho Moura¹

Marcela Pinheiro da Silva²

Resumo

O presente artigo possui como objeto o exame dos honorários sucumbenciais, notadamente no âmbito da advocacia pública, buscando analisá-los a partir de sua fisionomia jurídica em cotejo com as regras processuais civis e com os pronunciamentos da Suprema Corte. Intentou-se ainda contribuir reflexivamente para a adequada compreensão dos pressupostos de concessão e seus padrões legais e constitucionais, notadamente no que tange à possibilidade de disposição e os sujeitos detentores desta prerrogativa. Ao fim, defendeu-se a impossibilidade de que, uma vez instituídos, sejam eduzidos ou extintos os honorários decorrentes de atuação extrajudicial.

1. INTRODUÇÃO

O tratamento dos contornos dos honorários advocatícios, notadamente quando recebidos pelo advogado público, tem despertado cada vez mais interesse à luz das intensas discussões no âmbito da doutrina e jurisprudência. Diversos são os casos que se sucedem desafiando intérpretes ao dimensionamento da questão. Nesta quadra de crescente importância do estudo dos temas relativos aos honorários advocatícios, tem ocupado espaço no Supremo Tribunal Federal a impossibilidade de disposição da verba honorária pelo ente federativo, notadamente como forma de fomentar o retorno à adimplência de tributos.

---

¹Graduado em Direito pela Universidade Federal do Piauí, especialista em Direito Constitucional e em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Mestre e Doutorando em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Procurador do Estado da Bahia.

² Graduada em Direito pela Universidade Salvador – UNIFACS, Pós Graduada em Direito do Estado pelo Podivm, especialista em Processo Civil pelo Instituto Brasileiro De Ensino, Desenvolvimento E Pesquisa – IDP. Procuradora do Estado da Bahia.

A pergunta-problema ora posta diz, pois, com a possibilidade de os entes federativos disporem, através de legislação local, acerca dos percentuais a serem recebidos a título de honorários advocatícios por seus advogados públicos, com a sua redução episódica ou mesmo sobre a possibilidade de sua extinção, a fim de fomentar atividades, ao que se buscará responder negativamente por meio da análise dos argumentos que têm sido veiculados a esse respeito.

Os alicerces dos honorários advocatícios e a configuração dos entes federativos interessa sobremaneira a tal ponto de indagação, posto alicerçar o edifício teórico sobre o qual se assenta a abordagem ora proposta. Longe de se situar no vácuo prático-teórico, a questão-problema aqui proposta demanda: (1) a abordagem do instituto dos honorários advocatícios e seus contornos quanto à definição de sua natureza jurídica e titularidade; (2) o entendimento do Supremo Tribunal Federal construído ao longo do tempo; e (3) a posição da doutrina sobre o manejo argumentativo desta temática. Fora esta, aliás, a ordem do esforço realizado ao longo das páginas seguintes.

As questões que tensionam os contornos dos honorários advocatícios, notadamente quando auferidos pelos advogados públicos, são tão várias quanto o são os fatos da realidade, que a todo momento desafiam os diversos ramos do saber a respeito dos limites de sua compreensão.

Trata-se de campo cujo trato vem sendo melhor densificado, suscitando relevantes debates, especialmente porque a resposta a tal pergunta antecipa sentidos de outras formas de prerrogativas ínsitas ao bom serviço da advocacia pública. Entender, pois, os contornos dos honorários advocatícios significa compreender a sua extensão e reflexos na dinâmica de valorização e funcionamento das Procuradorias dos estados e do Distrito Federal, recorte metodológico a que se propõe o presente debate.

O método aqui utilizado foi o empírico-indutivo, em que casos concretos foram dissecados, buscando compreender os axiomas (*ratio decidendi*) que sustentam cada posição do Supremo Tribunal Federal. Ainda, pesquisa bibliográfica e de jurisprudência se fizeram indispensáveis à presente abordagem.

2. BREVE HISTÓRICO SOBRE OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS:

A primeira lembrança que se tem acerca dos honorários remonta à Roma antiga, período em que o instituto era tido como uma forma de prêmio, agrado, pelo desempenho da atuação do advogado cuja atividade naquele período era tida como uma forma de arte, não como a prestação de serviço hoje desempenhada.

Os honorários, assim, não eram vistos como uma forma de pagamento pelo serviço desempenhado, mas, sim, uma espécie de prêmio pela atuação de indivíduos que, sem qualquer

intenção de profissionalismo, atuavam no desejo de reconhecimento, fama ou honra. Nas palavras de Alexandre Bononi:

Os primeiros registros da palavra honorário com origem latina vêm da Roma Antiga, do latim *honorarius*, que o radical *honor* também dá origem à palavra honra, sendo que o termo tem sua tradução clássica como sendo: toda a coisa ou valor dado em contraprestação e que é recebida em nome da honra, sem conotação pecuniária.

No princípio, isto aconteceu uma vez que o recebimento de honorários como forma de pagamento não fazia parte dos objetivos do indivíduo que exercia a função de advogado. Tais indivíduos agiam, sem qualquer profissionalismo como forma de arte, apenas para receberem o reconhecimento público pelos seus dotes intelectuais e oratórios.

Queriam apenas serem notados, terem fama ou honra, esta que deu origem à palavra. Hoje abolida, mas daquela época vem a ideia, de que a verba honorária possui conotação de prêmio ou agrado, como um troféu, uma medalha, uma placa ou um diploma em reconhecimento ao serviço prestado³.

Diante desse contexto, pela inexistência de remuneração em favor dos advogados, sua atuação era realizada de forma gratuita, “restando satisfeitos apenas pelo seu reconhecimento moral de solidariedade e com a consideração da sociedade que os identificava pela sua nobre atitude, retribuindo seus serviços com presentes, como gratidão das partes, como uma dívida de honra”⁴. Por este motivo, neste momento, apenas aqueles inseridos em alta classe exerciam a advocacia, por terem condições de renunciar à remuneração do serviço para receber as honrarias⁵.

Após longos anos de prestação de serviços de forma gratuita, baseada apenas no reconhecimento da sociedade e suas honrarias, iniciou-se o debate acerca da necessidade de efetiva remuneração, discussão esta que, por muito tempo, mostrou-se vacilante para, por fim, permitir a devida contraprestação. Nas palavras de Alexandre Bononi⁶

O antigo conceito foi ficando para trás, afastando definitivamente o que nada mais era do que um preconceito, inadmissível em nossos dias, de prática inclusive duvidosa, já que contraria princípios elementares da própria sobrevivência do profissional. Não é admissível hoje que o advogado fique sujeito à liberalidade dos clientes, no que diz respeito à paga de seus serviços profissionais.

Com a evolução de significados e práticas, os honorários hoje são tidos como uma forma remuneratória, a contraprestação por um serviço prestado que, não mais sendo limitado a uma mera

---

³ BONONI, Alexandre. **Histórico dos honorários advocatícios e modalidades**. Honorários advocatícios na Justiça do trabalho/coordenador Élisson Miessa, Salvador: JusPodivm, 2019. p. 18.

⁴ BONONI, Alexandre. **Histórico dos honorários advocatícios e modalidades**. Honorários advocatícios na Justiça do trabalho/coordenador Élisson Miessa, Salvador: JusPodivm, 2019. p. 19.

⁵ BONONI, Alexandre. **Histórico dos honorários advocatícios e modalidades**. Honorários advocatícios na Justiça do trabalho/coordenador Élisson Miessa, Salvador: JusPodivm, 2019. p. 20.

⁶ BONONI, Alexandre. **Histórico dos honorários advocatícios e modalidades**. Honorários advocatícios na Justiça do trabalho/coordenador Élisson Miessa, Salvador: JusPodivm, 2019. p. 21.

honraria, serve-se a remunerar em valores acordados o trabalho desempenhado, não se restringindo, aqui, apenas ao advogado. Bem pontua Alexandre Bononi:

É quase impossível aceitar que uma classe profissional remunerada de acordo com a liberalidade do beneficiário pelo serviço prestado e com a avaliação, esta sem dúvidas subjetiva, que este pode fazer da *honra* referente ao resultado da prestação. Na sua origem, portanto, afasta-se o termo honorário do caráter remuneratório que hoje ostenta em virtude de ser, efetivamente, o pagamento relativo à prestação do serviço do profissional tecnicamente habilitadoe.

A palavra honorário subsiste ainda, apenas em respeito a uma bela e duradoura tradição. A ideia inicial foi com certeza ultrapassada em muito pela realidade capitalista e pela necessidade inadiável de sustento do profissional da advocacia.⁷.

Seguindo esta linha evolutiva é que se desenvolveu o conceito hoje previsto no art. 85 e seguintes do CPC e art. 22 do Estatuto da OAB, que trazem a previsão do que hoje se entende por honorários advocatícios da forma que segue, respectivamente:

Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.
[...].

Art. 22. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.
[...].

Firmadas estas breves considerações acerca da evolução dos honorários advocatícios, passemos a diferenciar suas diferentes espécies para, a seguir, adentrar na temática a que se propõe o presente estudo.

3. ESPÉCIES DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E SEU ESCOPO

Tecidas breves considerações sobre o surgimento dos honorários advocatícios, há de se diferenciar as espécies do gênero a fim de situá-las conforme seu escopo e o momento de sua gênese, abordando as nuances da advocacia pública.

Seguindo as disposições do Estatuto da OAB, estas são as espécies de honorários:

- 1) honorários contratuais;
- 2) honorários de sucumbência;

Contratuais são os honorários que derivam unicamente do acerto entre cliente e advogado, vinculando a prestação de serviços do causídico à postulação em juízo em favor da(s) pretensão(ões) contratualmente fixadas pelo constituinte; pode ser identificada no lastro econômico dos honorários

---

⁷ BONONI, Alexandre. **Histórico dos honorários advocatícios e modalidades**. Honorários advocatícios na Justiça do trabalho/coordenador Élisson Miessa, Salvador: JusPodivm, 2019. p. 19.

contratuais a atuação prévia e preparatória ao desfecho processual. Os honorários de sucumbência, por sua vez, restarão fixados por ocasião da derrota processual de uma das partes, a qual deverá pagá-los ao advogado da parte vencedora; é possível enxergar nestes um escopo de desestímulo às postulações aventureiras, bem como um prêmio ao causídico que logrou êxito no feito; aqui, o marco temporal dos honorários sucumbenciais, o desfecho processual, indica o complemento remuneratório à atuação do causídico.

Discorrendo sobre o tema na seara trabalhista, assim leciona Vólia Bonfim Cassar em didático excerto:

Os honorários advocatícios sucumbenciais não se confundem com os honorários contratuais. Antes a lei trabalhista não aceitava os honorários sucumbenciais em virtude do *jus postulandi* que, antes, vigorava como regra, e agora vigora como exceção. Com o advento do Pje, a contratação de advogado é quase indispensável, daí a necessidade de mudança da regra⁸.

Para além desta classificação, chama-se atenção para os honorários decorrentes de atuação extrajudicial, modalidade que passou a existir a partir do crescente fomento às medidas alternativas de solução de conflitos que, muitas vezes, demanda a atuação do advogado sem que haja uma lide propriamente dita perante o judiciário.

Em casos como estes, passou-se a entender ser legítima a fixação de honorários quando há a atuação do advogado em etapa anterior ao ajuizamento de uma ação judicial (que poderá, inclusive, inexistir posteriormente), aqui se enquadrando os honorários da dívida ativa, verba decorrente da atividade extrajudicial do Estado.

Como bem pontuou o Ministro Dias Toffoli, na ADI 5.910/RO⁹, “medidas têm sido tomadas, já há algum tempo, visando justamente ao aprimoramento da eficiência e da eficácia na cobrança do crédito inscrito em dívida ativa. Foi nesse cenário que surgiram os meios alternativos de cobrança”. E deste cenário legitimador dos honorários decorrentes da atuação da atividade extrajudicial, pontua-se mais uma espécie válida do instituto que, igualmente, será objeto do presente estudo no curso da atuação da advocacia pública.

4. O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A PROTEÇÃO DOS HONORÁRIOS DA ADVOCACIA PÚBLICA

---

⁸ CASSAR, Vólia Bonfim; DIAS, Leonardo Dias. *Comentários à Reforma Trabalhista*, 2ª. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro : Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018. p. 140.

⁹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.910/RO**. Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI; Julgamento: 30/05/2022; Publicação: 02/06/2022. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/>>. Acesso em: 17 nov. 2

Estabelecidas as premissas supra, importante iniciar a abordagem do tema no âmbito da jurisprudência, tomando-se como referência dois importantes julgados realizados pelo Supremo Tribunal Federal, a ADI 7.014/PR e a ADI 7.694/RO, a fim de conferir os contornos necessários para a conclusão deste trabalho.

Há muito, o tema dos honorários, principalmente no que toca à advocacia pública, tem sido objeto de algumas incompreensões, sendo alvo de diversos julgamentos. O Supremo Tribunal Federal, com frequência, vê a necessidade de estabelecer novos contornos para o instituto e os titulares do direito de recebê-los.

Assim, para o escopo deste trabalho, serão analisadas as seguintes Ações Diretas de Inconstitucionalidades:

- 1) ADI 7014/PR
- 2) ADI 7694/RO

Nesse contexto, já no curso da ADI 7.014/PR foi tratado tema acerca da impossibilidade de o ente federativo estadual dispor, reduzindo ou extinguindo, de verba atinente aos honorários advocatícios, utilizando-se como fundamentos a titularidade dos Procuradores dos Estados e a forma procedimental utilizada (lei estadual), que estaria a usurpar e violar competências estabelecidas pela Constituição Federal.

Na oportunidade, o Estado do Paraná instituiu, através de lei estadual, programa fiscal em que conferia a possibilidade de redução de percentual dos honorários de sucumbência em favor de contribuintes em recuperação estadual ou processo de falência a fim de fomentar o adimplemento de tributos.

Eis alguns argumentos levantados no julgado para declarar a inconstitucionalidade da lei impugnada:

- a) inconstitucionalidade formal da norma por tratar de matéria processual, violando o art. 22, I, da CF que define a competência privativa da União;
- b) violação às normas gerais procedimentais dos honorários, prevista no art. 24, XI, §§ 1º a 4º, da CF;
- c) caráter remuneratório da verba honorária e a consequente impossibilidade de sua redução

Tais argumentos foram acatados no curso do julgamento da referida ADI oportunidade em que o Ministro Edson Fachin sedimentou os seguintes pontos:

“Com efeito, o Estado do Paraná disciplinou o regime de honorários advocatícios dos Procuradores de Estado, concedendo, em cima de parcela autônoma de sua remuneração, o que entendeu ser um incentivo de índole fiscal.

Este Supremo Tribunal Federal possui jurisprudência que rechaça a possibilidade de que os Estados legissem sobre direito processual, sustentando que a hipótese encerra vício de iniciativa no processo legislativo e afronta à dicção do art. 22, I, da Constituição da República.

[...].

Não prevalece a tese que a norma possui índole procedimental, seja porque, de fato, rege atos judiciais, seja em virtude de avançar sobre tema que consta em extenso capítulo do Código de Processo Civil e é marcadamente processual”¹⁰.

Após tecer considerações acerca da violação formal à Constituição perpetrada pela norma impugnada, o Supremo Tribunal Federal lembrou o seu entendimento consolidado acerca da titularidade dos honorários advocatícios, utilizados à disposição do governo local no julgado em referência, reafirmando que tal parcela compõe a remuneração dos advogados públicos, de forma a se submeter ao teto constitucional.

Por conseguinte, tendo mais esta premissa em mente, consignou que não poderia o Estado dispor de verba cuja titularidade não detém, pelo contrário, compõe a remuneração da carreira de Procurador do Estado, invocando, ainda, a ADI 6.159, em que foi registrado que “a advocacia pode receber honorários como remuneração ao seu labor”. Vejamos trecho da ADI em comento:

“De outra parte, compreendo que a lei impugnada colide com a compreensão que este STF construiu acerca do regime jurídico a que estão jungidos Procuradores, especialmente no que concerne ao recebimento de honorários advocatícios.

Ocorre que acha-se consolidada na jurisprudência desta Corte a ideia de que os honorários compõem a remuneração de determinadas carreiras públicas, sujeitando-se, assim, ao teto constitucional. É uma decorrência lógica de tal premissa, a noção de que o Estado não pode transigir e conceder benefício fiscal decotando parcela da remuneração dos seus funcionários”¹¹.

Na ADI 7.694/RO, por sua vez, o tema dos honorários ganhou, mais uma vez, destaque, trazendo desta feita novas nuances.

Na referida ação houve a impugnação da lei do estado de Rondônia que, ao instituir Programa REFAZ-ICMS com o intuito de regularizar débitos fiscais, permitiu, dentre outros, a redução dos honorários advocatícios referentes a tais dívidas em 5%, abrangendo, com isto, tanto a atuação dos Procuradores em Juízo quanto àquela realizada administrativamente.

---

¹⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7014/PR**. Relator(a): Min. EDSON FACHIN; Julgamento: 28/11/2022; Publicação: 19/12/2022. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/>>. Acesso em: 13 out. 2024.

¹¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7014/PR**. Relator(a): Min. EDSON FACHIN; Julgamento: 28/11/2022; Publicação: 19/12/2022. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/>>. Acesso em: 13 out. 2024.

Desta forma, iniciou-se, mais uma vez, o debate acerca da (im)possibilidade deste permissivo (redução de honorários advocatícios) por quem não detém a titularidade da verba colocada à disposição, elencando-se todos os empecilhos já suscitados na ADI 7.014/PR.

Neste contexto, ao analisar os pontos trazidos pela ANAPE, o Ministro Relator Flávio Dino, após ressaltar a natureza remuneratória dos honorários advocatícios devidas aos advogados públicos, iniciou debate acerca da diferenciação entre suas espécies: 1) honorários sucumbenciais, decorrentes da atuação do advogado público em juízo; 2) e os honorários decorrentes da atuação administrativa ou extrajudicial. Em síntese:

“Em relação aos honorários sucumbenciais, esta Corte já assentou a legitimidade constitucional de normas que atribuem aos Advogados Públicos a titularidade sobre as verbas honorárias decorrentes de sentenças judiciais favoráveis à Fazenda Pública, inclusive reconhecendo a sua autonomia em relação aos demais valores devidos ao ente público representado (ADIs 6.165, 6.178, 6.181, 6.197, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Pleno, j. 20.6.2020).

De outro lado, reconheceu-se também a possibilidade dos Estados membros instituírem, em favor dos Procuradores estaduais, por meio de lei estadual, o direito à percepção de honorários advocatícios decorrentes do emprego de meios alternativos de cobrança administrativa da dívida ou de protesto de títulos (ADI 5.910, Rel. Min. Dias Toffoli, Pleno, j. 30.5.2022)”¹².

Após estabelecer esta diferenciação entre honorários sucumbenciais e aqueles decorrentes da atividade administrativa dos Procuradores do Estado, o Ministro Relator Flávio Dino, então, defendeu a ideia de que esta diferenciação legitimaria a possibilidade de os Estados poderem legislar sobre a matéria.

Explique-se. Seguindo a linha do quanto já defendido pelo Supremo Tribunal Federal, a possibilidade de legislar sobre honorários sucumbenciais, segundo o Ministro, teria como competência privativa a União, nos termos do quanto determina a Constituição Federal ao conferir a este Ente a competência privativa para legislar sobre direito processual.

Entretanto, afirmou o Ministro, no que toca aos honorários decorrentes da atividade administrativa e práticas de atos extrajudiciais, o constituinte nada fez menção, abrindo-se a possibilidade de que o Estado possa legislar sobre esta espécie de honorários. Seria expressão da competência e autonomia dos Estados-membros para legislar sobre regime jurídico e remuneração dos seus Procuradores. Em suas palavras:

“Conforme a jurisprudência desta Corte, compete privativamente à União Federal legislar sobre honorários sucumbenciais, por envolver matéria afeta ao direito processual (CF, art. 22, I); por outro lado, incumbe aos Estados-membros, como expressão de sua autonomia

---

¹² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7694/RO**. Relator(a): Min. FLÁVIO DINO; Julgamento: 23/09/2024; Publicação: 07/10/2024. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/>>. Acesso em: 13 out. 2024

administrativa, legislar sobre o regime jurídico dos Procuradores estaduais, inclusive sobre a respectiva remuneração e, por efeito consequencial, também sobre o direito dos Procuradores estaduais à percepção de honorários advocatícios decorrentes de sua atuação extrajudicial, se for o caso. Quanto a essa última espécie remuneratória, inexistem parâmetros federais vinculantes.

[...].

Em tais precedentes, assentou-se a inconstitucionalidade formal da legislação estadual impugnada com base nos seguintes fundamentos: (a) a disciplina jurídica dos honorários de sucumbência constitui matéria de direito processual sujeita à competência legislativa privativa da União (CF, art. 22, I); (b) a instituição de critérios conflitantes com a legislação processual civil, em matéria de honorários advocatícios (CPC, art. 85), exorbita a competência suplementar dos Estados em tema de “procedimentos em matéria processual” (CF, art. 24, XI); e (c) os Estados membros não dispõem de competência para dispor, transigir ou renunciar ao conteúdo das verbas honorárias titularizadas, com absoluta privatividade, pelos Advogados Públicos (CPC, art. 85, § 19º).”¹³.

Por conseguinte, por entender que a lei estadual de Roraima impugnada na ADI 7.694 regulamentou, de forma abrangente, tanto os honorários sucumbenciais quanto aqueles decorrentes da atividade administrativa e extrajudicial, concluiu o Ministro Relator Flávio Dino ter ela extrapolado os limites de sua competência, interferindo naquela que seria privativa da União para regulamentar sobre direito processual no que tange apenas aos honorários sucumbenciais.

Ao proferir o entendimento conclusivo, esta diferenciação entre honorários sucumbenciais e aqueles decorrentes da atividade extrajudicial, iniciada pelo Ministro Flávio Dino, perdeu força, conforme voto elaborado pelo Ministro Cristiano Zanin.

Segundo o Ministro Cristiano Zanin, não há esta diferenciação nos julgados sedimentados pela Suprema Corte invocando, inclusive, a ADI 7.014/PR em que a legislação impugnada naquela oportunidade reduzia percentuais de honorários advocatícios de forma indiscriminada, abrangendo suas espécies, concluindo a Suprema Corte pela inconstitucionalidade da legislação estadual. Em suas palavras:

“Portanto, a legislação impugnada autorizava a redução de honorários, de forma indistinta, sem se referir apenas aos honorários de sucumbência, incluindo, a rigor, honorários devidos na fase extrajudicial, dado que o benefício fiscal se aplicava aos fatos geradores inscritos ou não em dívida ativa e a parcelamentos ativos, que podem ser realizados administrativamente. Ao julgar a precitada ação, o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, reconheceu a inconstitucionalidade do dispositivo legal, por dois principais fundamentos, nos termos do voto do eminente Ministro Edson Fachin. Em primeiro lugar, como já explicitado, julgou inconstitucional a norma, em virtude da invasão da competência privativa da União para legislar sobre honorários de sucumbência. Em segundo, assentou que os “honorários compõem a remuneração de determinadas carreiras públicas” e, como decorrência, “o Estado não pode transigir e conceder benefício fiscal decotando parcela da remuneração dos seus funcionários” (ADI 7014/PR, Rel. Min. Edson Fachin, DJe 19/12/2022, p. 7-8 do voto do Relator).

Essa compreensão, acertada em meu juízo, firma-se em favor do direito invocado pela requerente, pois a Lei n. 5.621, do Estado de Rondônia, renuncia a parcela da remuneração

---

¹³ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7694/RO**. Relator(a): Min. FLÁVIO DINO; Julgamento: 23/09/2024; Publicação: 07/10/2024. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/>>. Acesso em: 13 out. 2024

da carreira dos Procuradores do Estado, relativa aos honorários devidos pela atuação extrajudicial desses profissionais, com possível ofensa ao princípio da irredutibilidade, previsto no art. 37, XV, da Constituição da República.

Em outros termos, ainda que não haja, em tese, violação à competência prevista no art. 22, I, da Constituição, nessa parte da disciplina imposta pela Lei, há clara renúncia pelo Estado de verba titularizada por advogado público, que compõe a sua remuneração, em regime remuneratório já reputado constitucional por esta Suprema Corte em diversos julgados (ADI 6053/DF, ADI 6167/BA, ADI 6168/DF, ADPF 597/AM e ADI 5910/RO)”.

Reafirmou-se, assim, ao final, a impossibilidade de redução dos honorários advocatícios, sejam eles sucumbenciais ou extrajudiciais, devidos aos Procuradores dos Estados, seja em razão da competência privativa da União para legislar sobre direito processual, seja pela impossibilidade de o Estado transigir com remuneração de seus servidores, natureza esta conferida aos honorários advocatícios já pacificada.

Referido entendimento foi reafirmado na ADI nº 7.559/SP, cujo julgamento foi publicado em 07/03/2025¹⁴:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO PROCESSUAL . HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VERBA REMUNERATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE DE TRANSAÇÃO. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO.

[...].

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A controvérsia constitucional em análise perpassa pelo exame da possibilidade do Estado de São Paulo de conceder descontos sobre os honorários devidos aos Procuradores estaduais decorrentes de atuação judicial e extrajudicial.

III. RAZÕES DE DECIDIR [...]. 4. Mérito. Consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, **é formal e materialmente inconstitucional legislação estadual que concede, no âmbito de programa de transação resolutiva de litígio relativo à cobrança de créditos da Fazenda Pública, desconto sobre honorários advocatícios devidos aos Procuradores do Estado.** IV. DISPOSITIVO 5. Pedidos julgados parcialmente procedentes.

Nesta ADI, o Ministro Flávio Dino, mais uma vez, reacendeu a discussão acerca da diferenciação entre horários judiciais e extrajudiciais e seu entendimento favorável à autonomia administrativa dos Estados em dispor sobre estes últimos:

Tenho assinalado nesta Corte, no entanto, que os honorários decorrentes da atuação extrajudicial, assim consideradas as formas alternativas de cobrança de dívidas, constituem parcela de natureza remuneratória, matéria sujeita ao regime jurídico dos servidores públicos estaduais. Compete aos Estados-membros, como expressão de sua autonomia administrativa, mediante iniciativa dos Governadores estaduais, legislar sobre o regime jurídico dos Procuradores estaduais, inclusive sobre a respectiva remuneração e, por efeito consequencial, também sobre o direito dos Procuradores estaduais à percepção de honorários advocatícios decorrentes de sua atuação extrajudicial, se for o caso.

[...].

Com efeito, não se está tratando de verba resultante de atuação judicial, mas de honorários decorrentes do uso de meios alternativos de cobrança pela via administrativa. Não há,

---

¹⁴ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.559/SP**. Relator(a): Min. GILMAR MENDES; Julgamento: 24/02/2025; Publicação: 07/03/2025. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2025.

portanto, conexão temática com o direito processual. Tampouco se trata de matéria de direito civil, pois a remuneração dos servidores públicos (os Advogados Públicos estaduais, no caso) constitui tema próprio ao direito administrativo.

Entretanto, apesar do seu entendimento pessoal, prevaleceu na Corte Suprema o entendimento final acerca da impossibilidade de o Estado dispor sobre honorários advocatícios, sejam eles judiciais ou decorrentes de atividade administrativa:

Não obstante tais considerações, o Plenário desta Corte, em recentes precedentes, firmou orientação em sentido contrário, afirmando que a competência para legislar sobre honorários advocatícios, mesmo aqueles decorrentes da atuação extrajudicial dos Procuradores estaduais, recai exclusivamente sobre a União (CF, art. 21, I).

[...].

Desse modo, não obstante minha posição pessoal em sentido contrário, tal como expus em recentíssimos julgamentos nesta Corte (ADI 7.694-MC-REF, Rel. Min. Flávio Dino, Red. p/ o Acórdão Min. Cristiano Zanin, Pleno, j. 23.9.2024), em observância ao princípio da colegialidade, na linha dos precedentes mencionados, acompanho o eminente Relator.

As conclusões fixadas pela Corte Suprema coadunam-se com o defendido neste trabalho, conforme será melhor detalhado no tópico que segue.

4.1. Encargos legais da cobrança dívida ativa e a disposição de honorários decorrentes da atividade extrajudicial. Impossibilidade reafirmada na ADI nº 7.341/SE:

Conforme tratado, o tema da disposição dos honorários advocatícios de titularidade dos advogados públicos vem sendo pauta frequente de análise pela Corte Suprema. Seja de natureza sucumbencial, seja de natureza administrativa, as conclusões sempre culminam para a impossibilidade de transação desta verba pelos entes federativos, seja qual natureza detenha, conforme alinhado na ADI 7.014/PR e ADI nº 7.559/SP.

Neste contexto, insere-se no debate o tratamento dos chamados encargos legais da cobrança da dívida ativa, cujos honorários respectivos, decorrentes de atividade extrajudicial, igualmente ganha relevo para o presente trabalho.

Com efeito, os encargos legais da cobrança da dívida ativa compreendem multa, juros e honorários os quais irão compor a cobrança de crédito da dívida ativa, conforme se extrai do art. 2º, § 2º, da Lei nº 6.830/80:

Art. 2º - Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública aquela definida como tributária ou não tributária na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com as alterações posteriores, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
[...].

§ 2º - A Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e a não tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.

Diante disto, poder-se-ia cogitar acerca da possibilidade de o Estado poder transigir com tais encargos por estar relacionados à dívida ativa e, por conseguinte, versar sobre matéria tributária, não processual. Sob essa ótica, o Estado teria a competência concorrente para legislar, com esteio no art. 24, I, da Constituição Federal, ainda que na composição das parcelas de tais encargos estejam inseridos os honorários advocatícios.

Entretanto, conforme trabalhado nos tópicos anteriores, o tema honorários advocatícios está restrito à competência privativa da União, consubstanciada através da Lei nº 8.906/94. Ademais, a titularidade privativa dos advogados impede que tais honorários sejam inseridos à livre disposição entre os demais encargos legais da dívida ativa.

Interpretação em sentido contrário para se invocar a natureza tributária dos encargos legais violaria, dentre outros, frontalmente à Constituição, que impede a legislação pelos Estados acerca do direito processual.

Ademais, é de se notar que a noção de encargos legais engloba o montante de diversas verbas adicionadas ao título da dívida ativa para cobrança do devedor e, por este motivo, sua composição não versa apenas sobre parcelas de natureza tributária. É o que ocorre com os honorários advocatícios, verba alimentar cuja titularidade não pertence ao Estado, mas, sim, do advogado público que atua em sua defesa.

Por este motivo, os honorários, embora estejam incluídos no bojo dos encargos que compõe a cobrança da dívida ativa, não se confundem com o crédito tributário em si e, portanto, devem lhes ser conferido o tratamento apropriado à lume da legislação regente e jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal.

Inclusive, em decisão recente, a Suprema Corte, em mais uma oportunidade, reafirmou o seu posicionamento em não permitir que o Estado transija com honorários advocatícios, sejam eles de natureza sucumbenciais ou extrajudiciais (o que inclui aqui, por óbvio, os honorários que compõem os encargos legais que constam da cobrança da dívida ativa). É o que se extrai da ementa da ADI nº 7.341/SE¹⁵:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PROGRAMA ESTADUAL DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS. FIXAÇÃO DE PERCENTUAL DEVIDO A TÍTULO DE HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA TITULARIZADOS

---

¹⁵ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.341/SE**. Relator(a): Min. NUNES MARQUES; Julgamento: 19/11/2024; Publicação: 08/01/2025. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2025.

PELOS PROCURADORES DO ESTADO. NORMA PROCESSUAL. VIOLAÇÃO DO ART. 22, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA EDITAR NORMA DE NATUREZA PROCESSUAL. OFENSA AO ART. 24, XI, §§ 1º A 4º. INAPLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE COMPETÊNCIA CONCORRENTE PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO PROCESSUAL.

1. O Supremo assentou a inconstitucionalidade formal e material de legislação estadual que, ao conceder benefício fiscal, ocasionou a redução de parcela da remuneração de agentes públicos locais (ADI 7.014, ministro Edson Fachin, DJe de 19 de dezembro de 2022).

2. Norma estadual que fixa percentuais devidos a título de honorários de sucumbência no parcelamento de débitos tributários cria regra para o pagamento de honorários advocatícios, em desrespeito à cláusula de competência privativa da União para legislar sobre direito processual (CF, art. 22, I). Precedentes.

3. A fixação de percentual de honorários advocatícios não tem natureza de norma procedimental, inexistindo margem de conformação para atuação legiferante suplementar dos entes federativos. Não há falar, portanto, em inconstitucionalidade por inobservância das normas gerais fixadas pela União.

4. Pedido julgado precedente.

Observa-se que, em mais uma oportunidade, a Suprema Corte reafirma a impossibilidade de lei estadual dispor sobre honorários advocatícios, reafirmando os mesmos motivos já alinhavados. Ressalte-se, no ponto, as considerações do Ministro Cristiano Zanin na referida ADI:

“Como pontuado no voto do eminente Relator, Ministro Nunes Marques, o Supremo Tribunal Federal já assentou a inconstitucionalidade de leis estaduais que visam disciplinar e reduzir honorários de sucumbência devidos aos Procuradores dos Estados, em virtude de ofensa ao art. 22, I, da Constituição da República, que estabelece a competência privativa da União para legislar sobre direito processual e, como consequência, honorários.

Essa compreensão foi adotada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI n. 7014/PR, da relatoria do Ministro Edson Fachin, DJe 19/12/2022 e da ADI n. 7615/GO, da relatoria do Ministro Nunes Marques, DJe 21/6/2024, ambos por unanimidade. A conclusão alcançada nesses julgados incide integralmente na solução da presente controvérsia.

Em acréscimo, registro que, recentemente, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria, deferiu medida cautelar para suspender a eficácia de dispositivo de Lei do Estado de Rondônia, que, em situação análoga, ao disciplinar Programa de Recuperação de Créditos de ICMS da Fazenda Pública (REFAZ ICMS), reduziu percentual de honorários advocatícios decorrentes de cobrança da dívida ativa”.

Ao lume de todo o exposto é que se conclui que os honorários que compõem os chamados encargos legais da cobrança da dívida ativa igualmente não pode ser objeto de transação pelo Estado, estando inseridos na vedação estabelecida pela Suprema Corte de impossibilidade de transação pelo Estado dos honorários, sejam eles de natureza sucumbencial ou extrajudicial (aqui incluídos aqueles que compõem os encargos legais da dívida ativa), tese esta a que este trabalho se filia.

5. UM CONTRAPONTO À POSIÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADI 7694: A INCONSTITUCIONALIDADE DE ALTERAÇÕES LEGAIS QUE REDUZAM A EXPRESSÃO ECONÔMICA DOS HONORÁRIOS DECORRENTES DE ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Ao longo dos tópicos anteriores, constatou-se a frequente análise do instituto dos honorários advocatícios pelo Supremo Tribunal Federal, ganhando um destaque maior quando se referem ao recebimento pelos advogados públicos.

Entretanto, pacificada a constitucionalidade de recebimento pelos advogados públicos, em razão da vinculação destes ao Poder Executivo estadual, passaram os honorários advocatícios a ser alvo de estudo no que tange à sua irrenunciabilidade. Todavia, pode-se concluir, após estudo de casos concretos submetidos à análise do Supremo Tribunal Federal, pela impossibilidade de intervenção do Poder Executivo para transigir com a referida verba, notadamente quando esta decorre de atuação extrajudicial do advogado público.

E outra conclusão não poderia ser adotada, senão vejamos.

Com efeito, os Procuradores dos Estados, inseridos na Constituição Federal, em seu art. 132, como parte das funções essenciais à justiça, têm o seu regime remuneratório previsto no art. 37 da Carta Magna, submetendo-se, por conseguinte, a todas as regras acerca do teto remuneratório e natureza das verbas a serem auferidas pelos servidores públicos.

Nesse contexto, ganha destaque os honorários advocatícios como verba remuneratória dos advogados, públicos ou não, com previsão expressa no art. 85 do Código de Processo Civil. Referida verba, conforme disposição legal, afigura-se como direito do advogado, cuja natureza tem caráter alimentar. Confira-se as normas sobre o tema:

Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.
[...].

§ 14. Os honorários constituem **direito do advogado e têm natureza alimentar**, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial.

[...].

§ 19. Os advogados públicos perceberão honorários de sucumbência, nos termos da lei.

Na mesma linha da norma processual civil, o Estatuto da OAB igualmente dispôs sobre os honorários advocatícios, acrescentando-se, ainda, disposição que expressamente atribui a sua titularidade ao advogado:

Art. 22. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convenção, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.
[...].

Art. 23. Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, **pertencem ao advogado**, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor.

A análise da legislação federal sobre os honorários advocatícios (Código de Processo Civil e Estatuto da OAB) permite concluir, com extrema segurança, acerca do direito do advogado público aos honorários advocatícios, sendo titular desta verba, sejam eles decorrentes do exercício de suas atividades em âmbito judicial ou extrajudicial, bem como a sua natureza alimentar e, principalmente, retira qualquer dúvida acerca da titularidade da verba: o advogado público. Como bem aduz Alexandre Câmara:

“Importante dizer que os honorários advocatícios, com a afirmação de que essa verba pertence ao advogado (art. 85, § 14, do CPC, art. 23 da Lei nº 8.906/1994), têm natureza alimentar (entendimento este, aliás, que já estava consolidado pelo STF no enunciado de Súmula Vinculante nº 47, aprovado ainda antes da entrada em vigor do CPC/2015) e os mesmos privilégios dos créditos trabalhistas.

[...].

Os honorários de sucumbência, porém, passaram a pertencer ao advogado, e não mais à parte, desde a entrada em vigor da Lei nº 8.906/1994, o Estatuto da Advocacia e da OAB, cujo art. 23 estabelece que “[o]s honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado”. Resultou daí uma mudança da natureza jurídica da verba honorária de sucumbência, que deixou de ser ressarcitória e passou a ser remuneratória (do trabalho do advogado). E isto foi mantido pelo CPC vigente, cujo art. 85 expressamente estabelece que o vencido será condenado a pagar os honorários “ao advogado do vencedor”¹⁶.

Não perdendo isto de vista foi que o Supremo Tribunal Federal, ao analisar diversos casos concretos, sedimentou o tema para concluir pelo direito dos advogados públicos em receber honorários, pela sua natureza alimentar e irrefutável titularidade, nos moldes do quanto já anunciado pela legislação federal. A título de exemplo, confira julgado emanado da Suprema Corte:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RECEBIMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POR ADVOGADOS PÚBLICOS. POSSIBILIDADE. ADI 6053. VEDADA A COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS, A ELES PERTENCENTES, COM VALORES DEVIDOS PELO ENTE PÚBLICO QUE INTEGRAM. 1. No julgamento da ADI 6053, em que constei como redator para acórdão, Dje. 30/7/2020, o Plenário desta SUPREMA CORTE assentou a possibilidade de recebimento de verba de honorários sucumbenciais por advogados públicos, cumulada com o subsídio, desde que respeitado o teto constitucional do funcionalismo público. 2. O referido precedente paradigma projeta os seguintes entendimentos: i) **o pagamento de honorários sucumbenciais aos advogados públicos é constitucional; ii) os honorários de sucumbência fixados na sentença favorável ao ente público pertence a seus advogados ou procuradores, consistindo verba autônoma e destacada de eventual direito material do ente representado; iii) o recebimento da verba é compatível com o regime de subsídios, nos termos do art. 39, § 4º, da Constituição; e iv) os honorários sucumbenciais, somados às demais verbas remuneratórias, devem estar limitados ao teto constitucional disposto no art. 37, XI, da Constituição. 3. Assim, na forma da parte final do § 19 do Art. 85, do Código de Processo Civil, não há mais falar em compensação dos honorários de sucumbência devidos aos procuradores públicos, com o valor que o ente que integram deve pagar, a esse título, para a parte adversa. 4. Agravo e Recurso Extraordinário com Agravo**

---

¹⁶ CÂMARA, Alexandre Freitas. **Manual de direito processual civil**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2022. p. 107-108.

providos, afastando a compensação de verba honorária estabelecida nas instâncias de origem¹⁷.

Nesse ínterim, sedimentado não apenas a constitucionalidade do recebimento dos honorários advocatícios pelos advogados públicos, bem como a sua titularidade, irrefutável, igualmente, a impossibilidade de o ente estadual a que o advogado público está vinculado interferir no seu recebimento para dispor de qualquer valor referente a estes. A autonomia dos honorários dos advogados públicos frente a qualquer direito do ente representado é preceito irrefutável e sedimentado perante o Supremo Tribunal Federal. Como bem pontuado pelo Ministro Edson Fachin, Relator da ADI 7014/PR:

“Como os honorários são devidos até mesmo em caso de desistência, renúncia, reconhecimento ou transação (art. 90, caput, §§1º e 2º, CPC), inexistente fundamento legal para a redução posterior dos valores dos honorários sucumbenciais como medida de incentivo ao parcelamento de dívidas tributárias, ainda que destinada apenas aos contribuintes em recuperação judicial ou extrajudicial, ou falência, afinal o Estado, neste caso, está transigindo com remuneração de outrem”¹⁸.

Se a titularidade da verba é sabidamente dos advogados públicos, apenas estes, no livre exercício da vontade de detentor de um direito, poderá dispor acerca de tais valores, não podendo o poder público representado se imiscuir nesta seara, seja de que forma for.

E neste contexto de titularidade dos honorários pelo advogado público desvinculado de qualquer direito do ente representado, extrai-se um ponto ainda maior: se o detentor do direito é o advogado público, considerado individualmente como servidor público, eventual disposição acerca desta verba, em qualquer montante, apenas poderá ocorrer se cada titular assim o consentir, não podendo a carreira, ainda que composta apenas pelos advogados públicos, dispor genericamente de verba em nome de todos os integrantes da categoria. É dizer: se a verba intitulada honorários advocatícios pertence a cada um dos advogados públicos como parte da sua **remuneração**, qualquer percentual referente a esta apenas poderá ser renunciada se cada um dos seus titulares assim o permitir.

Em sendo assim, decisão advinda do ente federativa no intuito de dispor de percentuais atinentes aos honorários advocatícios, resta contrária aos preceitos legais, constitucionais já pacificados pelo Supremo Tribunal Federal, nos moldes do quanto aduzido neste trabalho.

---

¹⁷ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ARE 1464986**. Relator(a): Min. LUÍS ROBERTO BARROSO; Julgamento: 21/02/2024; Publicação: 07/03/2024. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2024.

¹⁸ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7014/PR**. Relator(a): Min. EDSON FACHIN; Julgamento: 28/11/2022; Publicação: 19/12/2022. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/>>. Acesso em: 13 out. 2024.

Do contrário, haveria clara violação à irredutibilidade prevista no art. 37, XV, da Constituição Federal, através da qual é assegurada a não redução dos vencimentos do servidor público, entendido, como pontuado por Celso Antônio Bandeira de Mello, como “a retribuição pecuniária legalmente prevista como correspondente ao cargo público”¹⁹.

Sendo certo que os honorários advocatícios compõem a remuneração dos advogados públicos, submetidas a todas as regras inerentes a esta verba, inclusive ao teto constitucional, de igual forma seus percentuais não poderão ser reduzidos sem expressa anuência de cada um dos seus titulares. Qualquer atividade contrária, decerto, estará eivada de inconstitucionalidade.

Ao lume de todo o exposto, conclui-se no sentido de se afirmar a inconstitucionalidade de qualquer legislação local que verse sobre a disposição de honorários advocatícios, seja em razão do vício de forma, seja em razão da sua titularidade pertencer a cada um dos advogados públicos, seja por seu conteúdo remuneratório, não podendo o ente representado de que fazem parte dispor destas verbas sem que viole, ainda, a irredutibilidade de vencimentos do servidor titular.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

1. A definição a respeito do instituto dos honorários advocatícios e seu alcance emerge de suma importância como retribuição do exercício da atividade dos advogados públicos, isto é, como forma de composição da sua remuneração. A relevância do estudo deste tema pode, como se viu, sedimentar ainda mais o próprio fortalecimento da carreira e desempenho da atividade pública.

2. O Supremo Tribunal Federal, como bem revela o estudo de seus precedentes, tem tratado a matéria de forma consolidada, a garantir os honorários advocatícios como parte integrante da remuneração dos advogados públicos, assegurando a titularidade destes para o seu recebimento, bem como a natureza alimentar da verba.

3. Reafirma-se a natureza dos honorários advocatícios como verba alimentar, integrante da remuneração do advogado público, cuja titularidade, reafirmada em diversos julgados proferidos pelo Supremo Tribunal Federal, impede que ente federativo disponha sobre esta verba, reduzindo-a ou eliminando-a sob pena, ainda, de violar o princípio da irredutibilidade e de iniciativa previsto na Constituição Federal.

4. Ao manusear os diversos conceitos estruturantes sobre o tema, bem como ao cotejar a legislação processual e jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a conclusão acerca da

---

¹⁹¹⁹ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 36 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. p. 232.

impossibilidade de disposição dos honorários advocatícios pelo ente federativo representado é irrefutável, sob pena de inconstitucionalidade.

5. O modelo dos honorários advocatícios deve ser objeto de intensa defesa pela carreira da advocacia pública. Não se pode renunciar a tal campo hermenêutico de disputa sem que nefastas e sistêmicas consequências sejam lançadas sobre a carreira, corroendo zonas de atribuição dos advogados públicos e desvirtuando o próprio modelo de honorários advocatícios e remuneração do servidor público.

6. Os diversos argumentos envolvidos para defender a impossibilidade de disposição, pelo ente federativo representado, de verba cuja titularidade não detém sinalizam para a primazia e fortalecimento da carreira da advocacia pública. Cabe às procuradorias estaduais posição vigilante neste, como de resto em todas as arenas em que ocorrerem disputas a respeito do tema.

REFERÊNCIAS

BONONI, Alexandre. **Histórico dos honorários advocatícios e modalidades**. Honorários advocatícios na Justiça do trabalho/coordenador Élisson Miessa, Salvador: JusPodivm, 2019.

BRASIL. **Código de Processo Civil**. Disponível em: <[http:// www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 26 out. 2024.

_____. **Constituição Federal**. Disponível em: <[http:// www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 13 out. 2024.

_____. **Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil** . Disponível em: <[http:// www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 13 out. 2024.

_____. **Lei nº 6.830 de 22 de setembro de 1980**. Disponível em: <[http:// www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 23 mar. 2025.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7694/RO**. Relator(a): Min. FLÁVIO DINO; Julgamento: 23/09/2024; Publicação: 07/10/2024. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/>>. Acesso em: 13 out. 2024.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7014/PR**. Relator(a): Min. EDSON FACHIN; Julgamento: 28/11/2022; Publicação: 19/12/2022. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/>>. Acesso em: 13 out. 2024.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.910/RO**. Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI; Julgamento: 30/05/2022; Publicação: 02/06/2022. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/>>. Acesso em: 17 nov. 2024.

_____. Supremo Tribunal Federal. **ARE 1464986**. Relator(a): Min. LUÍS ROBERTO BARROSO; Julgamento: 21/02/2024; Publicação: 07/03/2024. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2024.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.341/SE**. Relator(a): Min. NUNES MARQUES; Julgamento: 19/11/2024; Publicação: 08/01/2025. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2025.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.559/SP**. Relator(a): Min. GILMAR MENDES; Julgamento: 24/02/2025; Publicação: 07/03/2025. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2025.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Manual de direito processual civil**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2022.

CASSAR, Vólia Bonfim; DIAS, Leonardo Dias. *Comentários à Reforma Trabalhista*, 2ª. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro : Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018. p. 140.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 36 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023.